

## **A Psicologia Política e Seus Campos de Conhecimento e de Intervenção**

The Political Psychology and Its Fields  
of Knowledge and Intervention

La Psicología Política y  
sus Campos de Conocimiento y Intervención

La Psychologie Politique et  
ses Domaines de la Connaissance et de l'Intervention

*Alessandro Soares da Silva – USP – Brasil*

Editor ABPP

*Agustin Espinoza Pezzia – PUCP – Peru*

Editor AILPP

**A**o fecharmos esse volume da Revista Psicologia Política, temos presente que o ano de 2013 foi bastante desafiador. Manter um periódico de qualidade em tempos de produtivismo orientado por um sistema de avaliação injusto e cruel, faz cada vez mais difícil o trabalho de editar e de avaliar. Por essa razão quero agradecer imensamente as/aos autorxs, pareceristas e as/aos leitorxs que tem contribuído para que nossa revista continue sendo uma referência no campo da Psicologia Política. Para que todos os textos que tiveram seu processo editorial finalizado em 2013, a Revista Psicologia Política contou com a colaboração de 54 profissionais de diversas partes do Brasil e da Ibero-Latinoamerica. Foram avaliados 107 manuscritos e publicados em três fascículos que formam o volume 13, 33 trabalhos com autores advindos da Argentina, Brasil, Costa Rica, El Salvador, Espanha e Peru.

Também as origens intelectuais de quem publica na RPP aponta para uma Psicologia Política cada vez mais interdisciplinar. Publicaram na revista autorxs que tem suas raízes na Administração, no Direito, na Filosofia, na História, na Medicina, no Marketing, na Pedagogia, na Psicologia, na Sociologia e no Turismo. Indubitavelmente a Psicologia Política passou o limite compreensivo que a associava a uma subdisciplina dentro da Psicologia Social e passou a ser

Editorial

percebida como um interstício disciplinar. O fascículo nº 28, do volume nº 13, da Revista Psicologia Política é fruto da parceria editorial existente entre a ABPP e a AILPP, por meio de seus editores que, coordenadamente, têm buscado impulsionar a produção latino-americana. Fruto desse trabalho, o presente fascículo traz artigos da Argentina, Brasil, Costa Rica, Espanha e Peru.

Destaque-se que, como se verá, os textos aqui reunidos estão preocupados em apresentar possíveis desdobramentos da Psicologia Política, tanto conceitualmente, quanto profissionalmente. Os artigos procuram refletir sobre articulações teóricas que matizam determinadas formas de se fazer e pensar a Psicologia Política, mas também refletem sobre certos campos aos quais o olhar psicopolítico têm se dirigido. Nesse número foca-se na Psicologia Política dos Movimentos Sociais, na Psicologia Política do Voto, na Psicologia Política das Religiões, na Psicologia Política dos Conflitos. As reflexões acerca das relações entre a Psicologia Política e o Feminismo, a Psicanálise e abordagens metodológicas também receberam atenção de editores e autores.

Abrimos o presente número com o texto de Ernesto Pacheco Richter (PUCSP- Brasil). O autor nos brinda com um artigo no qual reflete acerca das contribuições da Psicanálise para o desenvolvimento da Psicologia Política. No seu manuscrito *Psicologia Política e a Teoria Freudiana* o autor, explora como a interface entre psicologia e política feita por autores como Gabriel Tarde, Gustave Le Bon, Graham Wallas e Harold Lasswell, entre outros revelam singularidades e guardam profunda relação com a teoria freudiana, a qual trouxe contribuições significativas tanto aos estudos biográficos de atores políticos, quanto aos estudos sobre os fenômenos de massa.

Em *Novos Elementos na Psicologia Política dos Movimentos Sociais: a obrigação moral e o contexto*, Xiana Vilas e José Manuel Sabucedo (USC – Espanha) tratam de modo especial do fenômeno dos movimentos sociais, entendendo-os como dinamizadores da sociedade e promotores da mudança social. O interesse pelos movimentos sociais está nas origens da Psicologia Política, sobretudo quando se enfoca os motivos da mobilização e adesão a essas. Em tempos em que parcelas expressivas da população tomam as ruas brasileiras e espanholas, debruçar-se sobre tal temática é mais que bem-vindo, sendo o texto de Vilas e Sabucedo uma oportunidade para revisitar teorias a partir de uma análise crítica e acurada e de lançar nossa atenção a elementos importantes para a compreensão de protestos como a obrigação moral e o contexto.

O artigo *Psicologia Política do Comportamento Eleitoral: a eleição presidencial de 2011 na Argentina*, de autoria de Silvina Alejandra Brussino, Daniela Alonso e Matías Dreizik (UNC) analisa a intenção de voto dos cidadãos de Córdoba nas eleições presidenciais da Argentina. Essa temática é relevante para entender que o comportamento do eleitor é uma questão relevante para que se possa vislumbrar possibilidades de futuro. No caso do Brasil, as considerações trazidas pelos colegas argentinxs podem ser deveras elucidativas, visto que, em 2014, a presidência brasileira terá lugar e provavelmente os elementos que são destacados nesse artigo – ideologia política, autoritarismo, clima socioemocional, confiança institucional, intensidade afetiva, eficácia política, interesse e conhecimento político em grupos de cidadãos definidos – serão estratégicos para a interpretação do comportamento eleitoral que se observará.

Rosa María Luisa Cueto Saldivar e Henry Raul Guillén Zambrano (PUCP), autorxs do artigo *Psicologia Política do Conflito: relações intergrupais, exclusão social e participação*

*política não convencional no Peru*, põem uma questão relevante e que continua ligada com os demais textos: o conflito. Ao se dedicarem à análise da natureza das relações intergrupais no Peru e sobre as raízes da exclusão, percebem que é preciso procurar caminhos explicativos para o problema do conflito social, dadas as relações hierárquicas entre diferentes grupos. Ao fazê-lo se deparam com a realidade do esgotamento dos modelos convencionais de participação política e com um processo crescente de legitimação por grupos sociais excluídos de outros modos participativos não convencionais. Mais uma vez encontramos conexões entre as preocupações e reflexões que são publicadas na RPP por pesquisadores/as Europeus/eias e Latinoamericanos/as, sobretudo nesse momento histórico de crise mundial que revela mais intensamente as perversões do sistema capitalista.

No manuscrito *Psicologia Política das Religiões: uma análise dos símbolos e ideologias da Igreja Universal do Reino de Deus*, Bruna Suruagy Dantas (UPM – Brasil) pautava um tema relevante na contemporaneidade. A relação Estado e Religião, Laicidade religiosidade. Essa tem sido a fonte de conflitos sociais e de guerras tanto no passado como no presente. Sendo este um campo de interesse crescente no Brasil, a contribuição da autora nos conduz a refletir acerca das relações entre religião e política. Como se verá em seu texto, ela mostra que, apesar de se acreditar que haja efeitos maléficos na relação entre política e religião, o que se observa é que nos regimes democráticos na América Latina há espaço para o exercício político institucional de distintos atores religiosos. Dessa realidade emerge uma amálgama entre a política e a religião cuja fronteira é invisível e difícil de deslindar. Para lançar luz a essa questão a autora dedicou-se a entender a dimensão ideológica do discurso religioso a partir do caso da Igreja Universal do Reino de Deus.

Mirta González Suárez (UCR – Costa Rica) traz um debate interessante e relevante para o campo das lutas sociais. No manuscrito *Psicologia Política e Feminismo* a autora analisa como os movimentos feministas provocaram mudanças substanciais nas relações sociais ao denunciarem e enfrentarem o machismo e o patriarcado. Ao fazê-lo eles contribuíram fortemente para a produção de políticas públicas pautadas no exercício cidadão. Esse também tem sido o labor da Psicologia Política, o que leva a proponente deste texto a relacionar os fazeres do Feminismo e da Psicologia Política sendo dever ético-político da Psicologia Política posicionar-se na defesa dos direitos humanos de modo a contribuir para a equidade de gênero.

Leandro Amorim Rosa (USP – Brasil) é o autor do artigo *Senso Comum: possibilidades para a construção de uma psicologia política*. Nele, o autor se propõe analisar as bases de uma psicologia política fundada sobre o conceito de senso comum. Para tanto, ele propõe uma psicologia política que possibilite a integração de diversos referenciais tanto da própria psicologia política como da psicologia social, sendo o senso comum uma noção estratégica e que encontra fundamento no pensamento gramsciano. Uma Psicologia Política que parta do senso comum, o qual é polissêmico, polimórfico e contraditório, ganha possibilidades de diálogo e de mudança social que superam os limites dos cientificismos sem, com isso, cair em nenhuma zona negra de ignorância.

O artigo *Revista Electrónica de Psicología Política (Argentina): 10 anos de trabalho com a definição da disciplina* revisita a produção da REPP de modo a oferecer um balanço importante da Produção publicada na Argentina. Os autores Marina Cuello-Pagnone e Elio Rodolfo Parisi (UNSL – Argentina), editores do periódico, descrevem as características mais relevantes da revista ao longo de seus 10 anos de publicação online. Tal trabalho nos permite

vislumbrar o que o campo das ciências sociais têm reconhecido como temáticas e abordagens próprias para o fazer psicopolítico argentino.

A novidade que trazemos aos nossos leitores é que neste fascículo dedicamos uma sessão especial para relembra as importantes contribuições de Ignacio Martín-Baró à Psicologia Política. Para isso, abriu-se uma sessão chamada *Clássicos em Psicologia Política*, na qual se publicarão textos inéditos no Brasil ou há muito esgotados. Essa foi uma maneira que encontramos de garantir a acessibilidade de produções que no Brasil – e mesmo na Latino-América – eram raras. Iniciamos com Martín-Baró essa sessão exatamente porque no ano de 2014 completará 25 anos de seu assassinato e, dessa forma, participamos de um conjunto de ações da ABPP que visam recordar mais do que sua vida e obra, recordar sua luta e seu comprometimento com uma América Latina mais Justa. Além dessa sessão, a ABPP dedicará à memória de Ignacio Martín-Baró seu próximo Simpósio a ocorrer na Universidade Federal de Goiás, em agosto de 2014.

Para essa primeira sessão selecionamos dois textos de Ignacio que foram publicados em língua espanhola. O primeiro é o texto *Psicologia Política Latinoamericana*, o qual resultou de uma Conferência proferida no XII Congresso Colombiano de Psicologia, Barranquilla, Colômbia em 13 de outubro de 1988 com o título *Hacia una psicología política latinoamericana* e, posteriormente publicado em 1990 em uma compilação organizada por Bernardo Jiménez-Domínguez e Bernardo Pacheco. O segundo texto intitula-se *O Método em Psicologia Política*, foi publicado em 1991, em uma coletânea organizada por Maritza Montero. Tais textos foram traduzidos e cedidos pelo Prof. Dr. Fernando Lacerda (UFG), estudioso da obra de Martín-Baró e detentor das autorizações de publicação em língua portuguesa. Queremos agradecer imensamente o importante trabalho feito por Fernando Lacerda, pois ele nos permite pensar em uma perspectiva da Psicologia Política que está comprometida com a mudança social e firma-se no pensamento marxista que traz o homem para o centro da história e da ação política.

Finalmente, fechamos essa edição da Revista Psicologia Política com a resenha escrita por Fábio Ortolano do livro *Psicologia Política*, de Carlos Barracho. A obra foi publicada em Lisboa pela editora *Escolar*, em 2011, contendo 271 páginas. A obra retrata os principais temas que são objeto da Psicologia Política, contextualizando os caminhos deste campo na Psicologia e nas Ciências Sociais. Trata-se do primeiro manual escrito originalmente português e do primeiro a mencionar tanto a RPP quanto a ABPP.

Ao organizarmos o presente fascículo em parceria com a AILPP vislumbramos uma oportunidade para que este pudesse servir como uma espécie de manual formativo, um texto coletivo que poderá servir para a compreensão dos campos de ação da Psicologia Política e, portanto, do *que fazer* profissional de quem deseja tornar-se um Psicólogo/a Político/a. Nesse sentido, encerramos esse editorial anunciando que a Universidade de São Paulo, por meio de seu Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo, se prepara para oferecer uma segunda edição do Curso *Lato Sensu* em Psicologia Política, sendo que as inscrições começarão no mês de março de 2015.

Esperamos que este fascículo seja uma boa leitura para quem deseja aprofundar-se nas distintas sendas pelas quais a Psicologia Política costuma trilhar.

Feliz 2014!